

**Programação do 2º Seminário
Regional do
Centro de Estudos do
Oitocentos – CEO**

**Local: Universidade Federal de São João
del Rei - MG
Dias 7, 8 e 9 de maio de 2004.**

**Juiz de Fora
Clio Edições Eletrônicas
2004**

FICHA CATALOGRÁFICA

Programação do 2º Seminário Regional do Centro de Estudos do Oitocentos – CEO. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2004, 21 p.

ISBN: 88532

Clioedel
- Clio Edições Eletrônicas -
Projeto virtual do Departamento de História
e Arquivo Histórico da UFJF
E-mail: <clioedel@ichl.ufjf.br>
http: ://www.clioedel.ufjf.Br

Endereço para correspondência:
Departamento de História da UFJF
ICHL - Campus Universitário Juiz de Fora - MG - Brasil --CEP: 36036-330
Fone: (032) 229-3750 --- Fax: (032) 231-1342

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Reitora: Profa. Dra. Maria Margarida Martins Salomão
Vice-Reitor: Prof. Paulo Ferreira Pinto
Pró-Reitor de Pesquisa: Prof. Dr. Murilo Gomes de Oliveira
Diretora da Editora: Profa Vanda Arantes do Vale

DIA 07/05/2004 - 08 horas

MESA 1: Rebeldias e identidades.

Coordenador: Prof. Dr. Geraldo Antonio Soares

1.1. Ambrósio: entre a fuga e a ação de liberdade, o escravo que negocia.

Sirleia Maria Arantes

<helvetiusdagalia@uol.com.br>

Mestranda em História - UFF

Este trabalho analisa uma das formas de negociação utilizada pelos escravos para adquirir a liberdade, qual seja, o arbitramento judicial. A Ação de Liberdade normalmente era movida pelo escravo através de um curador para adquirir a alforria do senhor com base na jurisprudência da época. Este expediente era utilizado quando as negociações a nível privado haviam falhado, principalmente após o ano de 1871, quando o público insinua no privado de forma clara e sucinta através da Lei do Ventre Livre que transforma em direito do escravo o acúmulo do pecúlio e a compra da manumissão. Nesta análise acompanho a saga de Ambrosio na conquista da liberdade em São João del-Rei no ano de 1885, utilizando várias estratégias cotidianas, como a fuga e a busca de auxílio a terceiros.

Palavras Chave: Ação de Liberdade, São João del-Rei, negociação

1.2. Africanos e crioulos rebeldes em Minas Gerais: a revolta dos escravos de Carrancas (1833).

Prof. Ms. Marcos Ferreira de Andrade

<mfa@brfree.com.br>

Prof. do curso de História da Universidade do Estado de Minas Gerais - Campanha.

Doutorando em História - UFF

Neste artigo, procuro discutir a Revolta de Carrancas, uma importante rebelião de escravos, ainda pouco conhecida pela historiografia, que ocorreu na Província de Minas Gerais. A revolta eclodiu no dia 13 de maio de 1833, na Freguesia de Carrancas, curato

de São Tomé das Letras, nas propriedades da família Junqueira, envolvendo dezenas de escravos, com conseqüências funestas para ambos os lados. Merecem destaque a variada composição étnica dos envolvidos e o caráter exemplar das penas aplicadas aos rebeldes. A grande maioria dos escravos era procedente da África Central (cassanges, angolas, benguelas, congos), falantes de banto, geralmente considerados pela historiografia menos afeitos a revoltas, diferente dos escravos "minas" ou "nagôs".

Palavras-chave: escravidão – sociabilidade – etnicidade – rebelião

1.3. Libertos insubmissos.

Prof. Dr. Geraldo Antonio Soares

<gasoares@npd.ufes.br>

Prof. Adjunto da Universidade Federal do Espírito Santo.

Este trabalho trata de casos de escravos que conseguiram suas alforrias mediante empréstimos e contratos de locação de serviços. Os documentos judiciais, com os quais trabalhamos, revelam um dado fundamental, qual seja, a expectativa de que os que conquistaram a liberdade continuassem a trabalhar como quando eram escravos, o que evidentemente não estava nos planos desses libertos. Concluímos que as experiências históricas examinadas nos permitem o acesso a todo um conjunto de representações sobre o trabalho e sobre o que seria a vida em liberdade.

1.4. Contra o feitiço: construções literárias sobre as práticas religiosas afro-descendentes no período pós-emancipação.

Kelly Pereira Amaral

<kpamaral@bol.com.br>

Mestranda em História - UFF

Com a instituição da República, a elite brasileira pretendeu modernizar a sociedade e formar uma identidade nacional nos moldes da civilização européia, porém, com a inserção de elementos “nacionais” para essa nova tradição em construção. Para concretizar esse objetivo, as tradições culturais dos africanos e de seus

descendentes deveriam ser eliminadas ou remodeladas por serem consideradas bárbaras e incultas. O sistema escravista e o discurso racial dominante do período, contribuíram muito para inferiorizar e marginalizar as matrizes culturais africanas que estavam intrinsecamente associadas às suas práticas religiosas. Pretendo investigar como as identidades religiosas afro-descendentes contribuíram para a formação da identidade nacional, através do discurso e influência intelectual da literatura brasileira de fins do século XIX e início do XX. Esta produção literária possui enfoques contraditórios sobre essa questão e construções estereotipadas sobre a cultura religiosa afro-descendente. Este trabalho analisa um romance do escritor baiano Xavier Marques (1861-1942) que reproduz as práticas culturais dos afro-baianos de forma menos estigmatizada que outros escritores, pois ele reconhece o culto aos orixás como religião, e não simples feitiçaria. A hipótese central é se o autor defendeu essas práticas como determinantes na construção da identidade brasileira. Palavras-chaves: identidades afro-descendentes; história e literatura; identidade nacional

DIA 07/05/2004 - 10 horas

MESA 2: Escravidão e relações de poder.

Coordenadora: Profª. Drª Silvia Brugger

2.1. Compadrio de crianças escravas (São João del Rei, século XVIII e primeira metade do XIX)

Profª. Drª. Silvia Brugger

<sbrugger@mgconecta.com.br>

Profª. Adjunta do Curso de História da UFSJ e pesquisadora colaboradora do CEO /PRONEX - CNPq - FAPERJ

Neste artigo, abordo as escolhas de padrinhos e madrinhas dos filhos de escravas, em São João del Rei, no século XVIII e na primeira metade do XIX. Discuto a presença ou não de valores

patriarcais a fundamentar os critérios adotados, para além da raridade do fato de senhores apadrinharem seus próprios cativos. Constatando o predomínio de padrinhos e madrinhas livres e procuro entender o porque deste padrão, comparando os dados com os observados em outras regiões.

Palavras-chave: Compadrio, Escravidão, Patriarcalismo

2.2. Estrutura da posse de cativos no Paraná e em Minas Gerais (1872-1875)

Prof. Dr. Renato Leite Marcondes

<rlmarcon@usp.br>

Prof. da FEA - RP / USP e do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FCL /UNESP

Apresentamos as diferenças da estrutura demográfica da população escrava e da posse de cativos entre sete localidades paranaenses e seis mineiras na década de 1870. Estas áreas mantiveram-se pouco infensas às principais atividades exportadoras do Império (o café e o açúcar), porém conservaram uma escravidão significativa até os últimos anos do escravismo brasileiro. Utilizamos como fonte básica para a pesquisa: as listas de classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação de 1873 a 1875. Adicionalmente, lançamos mão do recenseamento de 1872. Apesar do quadro geral de posses reduzidas nas duas províncias, conseguimos estabelecer grupos de cidades com propriedades cativas diferenciadas.

Palavras-chave: Posse de cativos – escravidão – desigualdades regionais.

2.3. Senhores e escravos mineiros no nordeste da Província de São Paulo: violência e sobrevivência no multifacetado cotidiano do cativo no Brasil.

Prof. Ms. Ricardo Ferreira

<ricalexferreira@uol.com.br>

Mestre em História / Doutorando em História - UNESP - Franca

Considerando a vasta produção de estudos a respeito da escravidão de africanos e seus descendentes, a presente comunicação parte da hipótese de que senhores e escravos moldavam-se mutuamente no cotidiano e analisa vestígios desta relação, juridicamente registrados em processos criminais do município de Franca, produzidos na vigência do Código Criminal do Império do Brasil, visando contribuir com o debate a respeito dos conflitos e estratégias vivenciados por estes homens e mulheres em regiões de predomínio das pequenas posses de escravos no Brasil do século XIX. Palavras-chave: escravidão; criminalidade; cotidiano; senhores; escravos

2.4. As Alforrias nos Registros de Batismos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei: Uma Análise Demográfica (1751-1850).

Cristiano Lima da Silva

<clsilva_mg@yahoo.com.br>

Mestrando em História - UFF

Entre os anos de 1751 e 1850 foram registrados nos livros de batismos da Freguesia da Matriz de N. Sra. do Pilar de São João del-Rei os sacramentos ministrados a 14.631 filhos de escravos. Destes, 318 foram declarados livres em seus assentos, correspondendo a 2,17% do total de crianças batizadas naquele período. Ressaltando a importante função do registro de batismo como sendo equivalente a uma escritura pública onde também se declarava a alforria, analiso o número de manumissões realizadas nas diferentes décadas refletindo sobre a frequência dessa prática no contexto de uma importante região mineradora. Também analiso o sexo das crianças que foram libertas no dia de seus batismos.

Palavras-chave: Demografia, alforria e batismo.

2.5. Usos da palavra escrita e graus de letramento de escravos no século XIX (São João del-Rei, Minas Gerais).

Profª. Ms. Christianni Cardoso Morais

<tiannimorais@hotmail.com>

Profª do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de São João del-Rei.

No Brasil, desde 1980, os historiadores têm mostrado que, apesar dos escravos serem legalmente considerados “coisas”, possuíam uma cultura específica e estabeleciam relações de sociabilidade com os diversos agentes históricos com os quais conviviam. O objetivo deste trabalho é investigar como eram as relações dos cativos com os códigos escritos. Toma-se como fontes primárias anúncios de fugas publicados em periódicos oitocentistas na Vila de São João del-Rei (MG). A partir de uma interlocução com a História da Educação, da Leitura e da Escrita, utiliza-se como ferramenta de análise o conceito de *letramento*, admitindo-se que as relações dos escravos com o escrito são múltiplas, possibilitadoras de vantagens e de alguma forma de liberdade, mesmo que restrita.

Palavras-chave: escravos, letramento, liberdade.

DIA 07/05/2004 - 14 horas

MESA 3: Revoltas, resistência e assimilação.

Coordenador: Prof. Dr. Alvaro Pereira do Nascimento

3.1. Reativa ou propositiva? Discutindo a participação política dos marinheiros na revolta de 1910.

Prof. Dr. Alvaro Pereira do Nascimento

<alvaropn@uol.com.br>

Prof. do Departamento de História da UFRJ e pesquisador colaborador do CEO / PRONEX - CNPq - FAPERJ

Este artigo discute a ação política dos marinheiros na revolta de 1910. Entendemos que este movimento não foi uma simples reação às péssimas condições de trabalho na Armada. Havia propostas que procuravam modificar as relações de trabalho nas embarcações militares. Provavelmente, durante o período também

havia mais propostas que somente reação em outros movimentos sociais.

Palavras-chave: Revolta - Política - Condições de trabalho - Marinha.

3.2. Quando os “inimigos implacáveis do Brasil” são caçados nas ruas do Recife: O mata marinho do Colégio.

Bruno Augusto Dornelas Câmara

<brunohist@hotmail.com>

Mestrando em História - UFPE

Em fins de junho de 1848, uma confusa briga entre um estudante brasileiro e um caixeiro português provocou um dos maiores *mata-marinheiro* já visto no Recife. Ocorreram saques a lojas e muita pancadaria: cinco vítimas tombaram no chão e cerca de quarenta ficaram feridas. Ao término do conflito, após a enérgica intervenção policial, uma multidão marchou até a Assembléia Provincial exigindo a nacionalização do comércio a retalho e a expulsão dos portugueses solteiros, num prazo de 15 dias. Resta patente a disputa entre nacionais (livres e libertos pobres) e estrangeiros (pequenos comerciantes e caixeiros de poucos recursos) pelo comércio da cidade e pelas oportunidades de emprego disponíveis nos estabelecimentos comerciais. O presente artigo pretende enfocar o antilusitanismo nas classes populares.

Palavras-chave: caixeiro português, mata-marinheiro, comércio a retalho, antilusitanismo, oportunidades de emprego.

3.3. Economia moral dos sertões: motivos de revoltas. O ronco da Abelha, os Quebra-quilos, etc.

Profª. Drª. María Verónica Secreto

<mvsecreto@yahoo.com>

Profª. Adjunta do Departamento de História da UFC

Em 1850-51, o Estado Imperial sancionou leis que ordenavam o Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e a realização de um recenseamento da população. Esta lei teve forte oposição por parte dos homens pobres livres de várias províncias do nordeste. A revolta

foi conhecida com o nome de Ronco da Abelha. Os elementos que compunham o conjunto de normas e obrigações sociais, de funções econômicas peculiares dos vários grupos da comunidade, sofriam uma intervenção. A sociedade essencialmente paternalista, impregnada de peculiares tradições e normas sociais, usos e costumes era ameaçada por uma série de medidas do Estado Imperial.

Coisa semelhante aconteceu em 1874, quando outra medida imperial veio intervir em um tema sensível às comunidades camponesas, as medidas. Esta última revolta, conhecido com o nome de quebra-quilos, envolveu outras reivindicações caras a esse setor da população: o fim do recrutamento e fim dos impostos municipais.

Palavras-chave: Revoltas – Nordeste – Ronco da Abelha (1851) – Quebra-Quilos (1874) – Economia moral

3.4. Os aldeados de Guarapuava e a produção de mate. Incorporação e resistência ao mundo do trabalho (1810-1870).

Rosângela Ferreira Leite

<angelaleite@zipmail.com.br>

Doutoranda em História - USP

Nesta comunicação procura-se abordar a história do aldeamento indígena de Guarapuava- Paraná. Este aldeamento foi criado na primeira década do século XIX. A hipótese que fundamenta este estudo é que os índios aldeados remanescentes de Atalaia, serviram, na segunda metade do século XIX, como mão de obra para a coleta da erva-mate. Procura-se mostrar como o processo de incorporação dos remanescentes de aldeados à lavoura do mate não representou absorção deste grupo pela sociedade local.

Palavras-chave: trabalhador livre – erva mate – Brasil Imperial

3.5. Os Índios Aldeados no Rio de Janeiro Oitocentista: o discurso assimilacionista e a manutenção das aldeias

Profª. Drª. Maria Regina Celestino de Almeida

<gija@alternex.com.br>

Profª. Adjunta do Departamento de História da UFF

A política indigenista do século XIX manteve e acentuou o caráter assimilacionista lançado por Pombal que visava a transformar as aldeias indígenas em vilas e lugares portugueses, integrando os índios, sem distinção, à massa da população. Os índios aldeados, apesar de transformados, misturados e vivendo em aldeias pobres e decadentes, conforme os discursos assimilacionistas de políticos e intelectuais, insistiam em lutar pela preservação das terras de suas aldeias. Neste trabalho pretende-se, numa perspectiva interdisciplinar, analisar estes conflitos contrastando o discurso assimilacionista com a atuação dos índios.

Palavras-chave: Índios - Aldeias indígenas - Terras Indígenas - Política Indigenista

DIA 07/05/2004 - 16 horas

MESA 4: Terra, negócios e sociedade no oitocentos

Coordenadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Motta

4.1. A Construção de Fortunas na Estância/SE Escravista(1850-1888)

Sheyla Farias

<sheylafarias@yahoo.com.br>

Mestranda em História

Por muito, a Historiografia Clássica considerou que a riqueza nacional foi construída exclusivamente pela economia de exportação, baseada na monocultura, latifúndio e mão-de-obra escrava, sendo assim, os senhores de terra e de escravos os únicos detentores de riqueza. Reconhecendo que antes da Lei de Terras(1850), os bens de raiz quase nada valiam, os proprietários investiam seus rendimentos na aquisição de escravos. Contudo, pesquisas recentes demonstram a importância da economia de subsistência e atividades mercantis na composição da riqueza, possibilitando o emprego dos benefícios em outras categorias de bens. Esta pesquisa tem por objetivo perceber através dos inventários

post-mortem a participação das categorias de bens que compõem a riqueza dos proprietários estabelecidos em Estância no período entre 1850 a 1888, analisando em especial, o comportamento do bem escravo com a aproximação da abolição do trabalho compulsório. De acordo com os dados coletados, constatamos que os bens de raiz constituem a maior parcela no montante geral da riqueza dos proprietários, seguidos pelos bens escravos e dívidas ativas que constituem considerável parcela da fortuna dos inventariados da Comarca de Estância.

Palavras-chave: riqueza, distribuição de bens, escravos.

4.2. Os negociantes cariocas da Praça do Comércio do Rio de Janeiro de meados do século XIX: estudo do grupo mercantil do Barão de Mauá e sua relação com o Império do Brasil.

Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães

<cgg@uol.com.br>

Prof. Adjunto do Departamento de História da UFF e pesquisador do CEO / PRONEX - CNPq e FAPERJ

O presente trabalho tem como objetivo analisar a atividade econômica e política desenvolvida por um dos mais atuantes grupos mercantis da Praça do Comércio do Rio de Janeiro na década de 1850. Liderado pelo negociante “de fazenda seca por atacado” Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, esse grupo, além dos negócios na área bancária, navegação e estrada de ferro, esteve, também, à frente da Sociedade dos Assinantes da Praça no mesmo período.

A criação do Código Comercial e o fim do Tráfico Negreiro em 1850 constituíram-se nas duas principais medidas institucionais, que possibilitaram um aumento na atividade comercial na principal Praça Comercial do Império Brasileiro, a Praça do Rio de Janeiro. Tendo participado da Comissão encarregada pelo Governo Imperial de elaborar o Código Comercial e, Diretor da firma comercial inglesa Carruthers & Co., que entre outros negócios, estava o financiamento

do tráfico negreiro, o negociante Irineu Evangelista de Souza, apoiado por um grupo de grandes negociantes e capitalistas da Praça do Rio de Janeiro, tais como Militão Máximo de Souza (Visconde do Andaraí), João Antônio de Figueiredo (pai do futuro Visconde de Figueiredo, banqueiro do Banco Nacional do final do Império, e compadre do traficante português Manoel Pinto da Fonseca), José Jerônimo Pereira de Mesquita, Teófilo Otoni, João Ignácio Tavares e outros, organizou uma série de empreendimentos, desde bancos até ferrovias e navegação de cabotagem (mar e rio).

Diante do poder desse grupo, uma questão aparece: houve oposição entre os negócios desse grupo e o Império brasileiro? Em outras palavras, o Projeto Saquarema (conservador), que possibilitou a consolidação do Estado Imperial brasileiro, foi contrário aos negócios do grupo ou, a aproximação foi necessária para a consolidação do Estado Imperial? A resposta a tal será dada neste texto

4.3. Posseiros nos oitocentos e a construção do mito invasor.

Profª. Drª. Márcia Motta

<ghtmarc@vm.uff.br>

Profª. Adjunta do Departamento de História da UFF / Pesquisadora do CEO / PRONEX - CNPq – FAPERJ

No processo de consolidação do Império Brasileiro consagrou-se a força dos fazendeiros na determinação de quem poderia ser parte integrante do conjunto de lavradores de cada município. A ação de tomar posse, de se afirmar como posseiro, imprimia uma divisão nesta categoria social. Os que detinham o poder, atrelados à política e a justiça local podiam ser identificados como os reais cultivadores, como posseiros desbravadores, cúmplices do enriquecimento da província. Os que apenas detinham sua força de trabalho e o desejo de ocuparem terras devolutas eram identificados como invasores, nas ações diretas de expulsão e nos processos de embargo e despejo.

O mito do invasor era direcionado para um único endereço: o

do pequeno posseiro. A partir daí, ocupar terras devolutas, sem nenhuma gerência dos órgãos de fiscalização do governo, era algo apenas permitido pelos fazendeiros, protegidos por uma rede de poder que ia muito além das porteiras de suas fazendas. A junção entre posseiro e invasor refletiria, em suma, a eficácia do poder dos fazendeiros na conjunção de duas ações não naturalmente unidas: invadir e cultivar. O termo posseiro passaria a ser empregado para expressar esta união e seria então utilizado para referir-se ao pequeno lavrador.

Palavras-chave: Posseiro – Invasor - Propriedade territorial

4.4. Cafeicultores e pequenos plantadores de roças numa conjuntura de demanda de trabalho. (Campinas, 1850-1888).

Profª. Drª. Denise Moura

<dmsoua@bol.com.br>

Profª. de História do Brasil do Departamento de História da UNESP/Franca.

A categoria dos trabalhadores nacionais, na segunda metade do século XIX, era composta por vários e diferentes segmentos. Selecionando os lavradores de roça no interior desta vasta categoria, este texto acompanha sua inserção no mercado de trabalho cafeeiro, na província de São Paulo, especialmente em Campinas, mostrando os conflitos e ajustamentos neste processo.

Palavras-chave: trabalho; trabalhador nacional; cafeicultura.

4.5. Laços de família: uma estratégia de sobrevivência camponesa.

Profª. Drª. Sonia Maria de Souza

<soniam.souza@uol.com.br>

Profª. do Departamento de História da Universidade Presidente Antonio Carlos - Campus Ubá - MG

O estudo procura analisar os laços familiares estabelecidos pela parcela camponesa residente no município de Juiz de Fora no período compreendido entre os anos de 1870 a 1920. Tendo como referência documentos como inventários *post-mortem* e listas

nominativas de habitantes, analisa os padrões de casamento adotados por este setor da sociedade deste município e procura apontar a importância da família para sua sobrevivência enquanto um grupo social.

DIA 07/05/2004 - 19 horas

**CONFERÊNCIA: NAÇÃO E CIDADANIA NO IMPÉRIO:
NOVOS HORIZONTES**

Prof. Dr. José Murilo de Carvalho

<jmurilo@centroin.com.br>

**Prof. Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro e
Pesquisador do CEO / PRONEX - CNPq – FAPERJ**

DIA 08/05/2004 - 08 horas

Investigando a História do Brasil: *oficinas sobre ensino de história.*

Profª. Drª Keila Grinberg

Uma das grandes dificuldades contemporâneas no ensino de História, sobretudo no 2º segmento do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, tem sido a adequação dos resultados mais recentes das pesquisas acadêmicas às atividades ministradas em sala de aula. Apesar de os Parâmetros Curriculares Nacionais apontarem para soluções neste sentido, principalmente a partir da flexibilização dos currículos, alguns problemas permanecem: a) como estabelecer uma ponte entre o conhecimento produzido na universidade e aquele construído na escola; b) como elaborar uma metodologia capaz de propiciar aos alunos a compreensão do próprio processo de produção do conhecimento histórico.

O desenvolvimento de tal metodologia não só é importante para a operação com os conceitos e conteúdos específicos da disciplina História, mas também para o desenvolvimento de um pensamento crítico, que forneça instrumentais para que os alunos

consigam transformar o manancial de informações às quais têm acesso nos mais variados meios – entre os quais a escola é apenas um deles – em conhecimento.

A partir destas considerações, a proposta desta oficina é discutir os problemas da relação entre o conhecimento produzido na universidade e aquele construído na escola e, em um segundo momento, trabalhar com propostas metodológicas que permitam ao aluno lidar com questões presentes em seu cotidiano e na realidade ao seu redor, sendo capaz de observar, analisar, classificar e fazer generalizações, construindo conceitos e adotando novos comportamentos. Nesta segunda fase, serão desenvolvidas atividades voltadas especificamente para o ensino da história do Brasil oitocentista, a partir de experiências realizadas com estudantes do curso de graduação em História da UNIRIO

DIA 08/05/2004 - 10 horas

MESA 5: Escravidão e Direito.

Coordenadora: Profª. Drª. Keila Grinberg

5.1. Escravo é caso de Polícia.

Profª. Drª. Adriana Pereira Campos

<acampos.vix@terra.com.br>

Profª. Adjunta da UFES e pesquisadora colaboradora do CEO / PRONEX - CNPq - FAPERJ

Neste artigo pretendo discutir a padrões de criminalidade escrava na sociedade escravista capixaba, nos marcos dos anos de 1833-1888, a partir de dados obtidos em arquivos de Polícia e da Justiça da Província do Espírito Santo para a Comarca de Vitória. Minha pesquisa em arquivos da Polícia e da Justiça da Comarca de Vitória aponta uma interpretação em muitos pontos diferente dos estudos anteriores. A Polícia não conseguiu se impor como autoridade responsável pelo controle dos escravos no meio urbano e nem a

Justiça logrou ser um espaço de representação da vontade senhorial. As evidências apontam que a contenção dos hábitos e dos costumes era suficiente para manter o tênue equilíbrio de submissão servil existente na sociedade escravista capixaba. Outras tantas rebeldias mais perigosas de combater, como as fugas de escravos e os quilombos, não ocupavam o centro das preocupações das localidades da Província.

Palavras-chave: Escravidão, Século XIX, Espírito Santo

5.2. Re-escravização, direitos e justiças no Brasil do século XIX.

Profª. Drª. Keila Grinberg

<keka@pobox.com>

Profª. Adjunta do Departamento de História da UNIRIO e pesquisadora do CEO / PRONEX - CNPq - FAPERJ

Há algum tempo, a historiografia sobre escravidão e liberdade no Brasil do século XIX vem dedicando-se a analisar as possibilidades de consecução de alforria pela via judicial. Pouca atenção, no entanto, foi dada às práticas de re-escravização ocorridas no mesmo período. Afinal, assim como foram muitas as demandas de escravos pela liberdade na justiça, muitas também foram as tentativas feitas por libertos de manter suas alforrias e vários foram os casos de senhores que tentaram reaver a posse sobre antigos escravos através dos tribunais.

Ao que parece, no entanto, ao longo do século XIX estas práticas foram tornando-se cada vez menos legítimas. Tendo como ponto de partida ações de escravidão e de manutenção de liberdade do Rio de Janeiro, o objetivo deste trabalho será avaliar as práticas de re-escravização no Brasil do século XIX e sua crescente perda de legitimidade jurídica.

5.3. Alforrias testamentárias: alforriados, testamenteiros e promotores. Porto Feliz, São Paulo, século XIX.

Prof. Ms. Roberto Guedes

<rguedessil@ig.com.br>

Doutorando em História - UFRJ - Bolsista da FAPERJ

O texto analisa alforrias testamentárias na vila de Porto Feliz, capitania de São Paulo, durante a primeira metade do século XIX. Utiliza como fontes testamentos e prestação de contas testamentárias. Em um primeiro momento, são abordados padrões demográficos dos cativos alforriados. Posteriormente, alude a desdobramentos das disposições testamentárias, no que concerne à realização efetiva de alforrias e ao cumprimento de legados. Por fim, sugere que o dito em testamento, por si só, nem sempre garantia o acesso à liberdade e a legados. Por outro lado, nas prestações de contas, a ausência de comprovantes públicos de alforrias pode indicar que, à revelia de registros oficiais, havia o reconhecimento social das liberdades. Em ambos os casos, o papel de testamenteiros, promotores, curadores, juizes e, não menos importante, dos cativos libertados era crucial para a concretização das últimas vontades.

Palavras-chave: alforria, demografia, disposições testamentárias

5.4. "Direito, Lei e Justiça no Cotidiano de Afrodescendentes: A análise do processo de remoção de tutela de Juanito (Juiz de Fora, Zona da Mata Mineira, 1885)".

Profª.. Ms. Elione Silva Guimarães

<arqhist@powerline.com.br>

Pesquisadora do Arquivo Histórico de Juiz de Fora /Diretoria de Política Social da Prefeitura de Juiz de Fora

Doutoranda em História - UFF

Este texto procurou analisar trajetórias de afro-descendentes nos anos finais do escravismo e primeiras décadas da República, acompanhando suas estratégias de sobrevivência nestes anos de transformação e reorganização social, deparando-se com tensões remanescentes das senzalas. Neste artigo analiso o processo de remoção de tutela de Juanito, um ventre-livre cuja guarda foi entregue a um homem (1885) que explorava seus serviços e lhe aplicava castigos físicos, razões alegadas para o pedido de remoção de tutela (1887). O documento permitiu avançar a análise sobre as

relações de afro-descendentes com as leis, os direitos e as justiças.
Palavras-chaves: afro-descendentes, tutoria, trabalho infantil.

5.5. Concepções de Justiça e Direito entre os Escravos nas Vilas Del-Rei, (Século XIX).

Prof^a. Dr^a. Maria Tereza Pereira Cardoso

<tcardoso@mgconecta.com.br>

Prof^a. Adjunta do Departamento de História Universidade Federal de São João del Rei – UFSJ

A presente comunicação apresenta uma leitura das concepções de direito e justiça postos em prática por escravos das vilas de São João del Rei e São José, no período oitocentista, através da análise de processos criminais. Tomo como problema a verificação das noções de justiça, valores e representações, considerando como sujeitos dessa história os escravos de origem bantu, procedentes da África Centro Ocidental. As fontes primárias utilizadas nessa pesquisa são os registros criminais, sobretudo os interrogatórios feitos aos réus, aos ofendidos e às testemunhas. Apesar da labilidade das fontes com respeito aos escravos, e dos filtros que devem ser cautelosamente analisados, é possível perceber a existência de valores distintos quanto ao que eles consideravam como crime e justiça. O refinamento da análise requer um conhecimento da história desses indivíduos e sobretudo uma leitura cuidadosa da história da região do Congo e Angola, antes habitadas por eles, portanto trata-se de uma primeira leitura nessa direção.

DIA 08/05/2004 - 14 horas

MESA 6: Poder, sociedade e religião

Coordenador: Prof. Dr. Ricardo Salles

6.1. "Vassouras, c. 1870: uma sociedade escravista madura e novos padrões nas relações entre senhores e escravos".

Prof. Dr. Ricardo Salles

<rhsalles@uol.com.br>

Prof. Adjunto do Departamento de História da UNIRIO e do Departamento de História da UERJ de São Gonçalo (FFP).

O objetivo deste texto é compreender a dinâmica histórica da relação de forças entre senhores e escravos no momento em que se abre a crise do escravismo brasileiro, a partir de meados da década de sessenta do século XIX e que antecede aquele de sua destruição, que se inicia a partir da década de 1880. É levantada a hipótese, ainda necessitando da investigação posterior de novas variáveis, que os anos sessenta, menos que o início de um processo irreversível de declínio da população cativa em Vassouras, representariam um momento de transição nas relações entre senhores e escravos. A dinâmica africana, que dominou estas relações alimentada pela importação de africanos propiciada pelo tráfico inter e intraprovincial, estaria dando lugar a uma dinâmica crioula, marcada por alterações significativas nas tendências demográficas e sociais atuantes no seio da comunidade escrava, tais como, além da maior proporção de escravos crioulos em relação aos africanos: o maior equilíbrio entre os sexos, uma pirâmide etária também mais equilibrada, o aumento no número de famílias e filhos, podendo este último fato indicar uma tendência ao início de um processo de crescimento vegetativo da população escrava. Desta forma, o que fica evidente é que a lei de 28 de setembro de 1871 teve impacto sobre uma região escravista que, mantidas as condições sociais e demográficas engendradas durante a década de 1860, teria plenas condições de se auto-reproduzir de forma estável, sem o aporte externo de mão-de-obra. Nesta conjuntura, a transição para o predomínio de uma dinâmica crioula nas relações entre senhores e escravos incidiu diretamente sobre as práticas e as lutas conduzidas por escravos. À diferença do período dominado pelo afluxo constante e em larga escala de africanos, as ações dos escravos se deram, cada vez mais, no sentido de ampliação de seus espaços no seio da ordem escravista vigente. Mais que concessões e direitos na escravidão, o que estava em jogo e no horizonte de conquistas eram direitos legais

estabelecidos e, no limite, a conquista da própria cidadania, não somente individual, mas para todos aqueles que eram mantidos em cativeiro.

6.2. Família, Política e Violência no Sertão de Pernambuco durante a Primeira República.

Prof. Dr. Jorge Mattar Villela

<villela@bridge.com.br>

Doutor em Antropologia Museu Nacional/UFRJ.

Este trabalho investiga formas de poder reguladoras de um contingente armado durante a Primeira República, em três municípios do Sertão de Pernambuco. A Sociologia apresentou classicamente como explicação deste fenômeno o que se chamou de “exércitos privados” que giravam em torno da figura do “coronel”, de quem seriam uma propriedade. O exame de documentos emitidos por diversas autoridades de diferentes poderes estatais impõe uma revisão daquele panorama clássico. Ao contrário de grupos estáticos “pertencentes” a um chefe políticos local, os documentos revelam microgrupos cuja capacidade de flutuação conferia-lhes um estado de variação contínua, em que laços fundamentais hesitavam entre a política, o parentesco e a violência. Esses grupos armados, cuja forma primária costumava obedecer a um princípio familiar, agrupavam-se ou fundiam-se, assumindo as formas de grupos de cangaceiros, corpo patriótico, massas rebeldes, fanáticos religiosos, policiais etc. Essas diversas formas ocorriam em função dos encontros de uma população armada – cujos interesses cotidianos eram freqüentemente contestados por seus vizinhos ou demais concorrentes, uma *feud society* – com os poderes estatais, como a política, a justiça e a política eleitoral. Essas instituições não se contrapunham exatamente aos costumes locais e nem esses eram refratários àquelas. A existência de um povo em armas, conquanto ameaça perene à ordem pública e às instituições oficiais, era também seu trunfo no controle desta mesma ameaça, irredutível à condição de “exército privado” ou “milícia particular”, à

propriedade de um chefe político capaz de unificá-lo ou homogeneizá-lo.

Palavras-chave: violência, política, família, Sertão, Pernambuco

6.3. Homens em Movimento: Seca e Migração no Sertão Setentrional do Brasil no Final do Oitocentos.

Prof. Ms. Paulo Cesar Gonçalves

<rimi@uol.com.br>

Mestre em História Econômica - USP / Doutorando USP

Este artigo enfoca as migrações nordestinas, no final do século XIX, no quadro de superação do escravismo. As secas que assolaram o Nordeste – em especial o Ceará – liberaram contingentes expressivos canalizados para o norte e sul do Brasil, com transporte subsidiado pelo governo central. A saída de flagelados representou, para essas áreas, oferta de mão-de-obra e possibilidade de povoamento de regiões ermas.

Palavras-chaves: Migração; Seca; População; Mão-de-obra; Trabalho Livre

6.4. O Senhor desagradado: notas sobre a religiosidade no Rio de Janeiro do Oitocentos.

Prof. Dr. Anderson José Machado de Oliveira

Prof. Adjunto da UERJ

Através de um estudo sobre a religiosidade católica no Rio de Janeiro, no século XIX, proponho uma reflexão sobre as ambivalências da sociedade imperial, no contexto de afirmação de um discurso de modernização e a persistência de uma visão tradicional do mundo referendada pela religião.

Palavras-chave: religiosidade – sociedade imperial – Igreja Católica

6.5. A experiência do “Canudinho” de Lages

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado

<pmachado@mbx1.ufsc.br>

Prof. Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal

de Santa Catarina. Mestre em História (1996)

O “Canudinho de Lages” ocorreu em Entre-Rios, Lages, entre julho e agosto de 1897. Os sertanejos que rumaram a Entre-Rios procuravam curas e um novo modo de viver. Os líderes da povoação associaram sua fundação ao prestígio do monge leigo João Maria. Consta que os sertanejos praticavam penitências para “desencantar” uma santa que estava “aprisionada” numa rocha existente na margem catarinense do rio Pelotas. Além dos devotos iniciais, muitos antigos veteranos federalistas, marginalizados da política nos Estados sulinos, juntaram-se ao povoado sertanejo. A rápida e violenta intervenção das autoridades catarinenses e rio-grandenses aproveitou-se da histeria nacional anti-Canudos para liquidar a cidadela cabocla.

Palavras-chave: Messianismo – Milenarismo – Canudinho de Lages

DIA 08/05/2004 - 16 horas

MESA 7: Teatro, crônicas e memórias

Coordenador: Prof. Dr. Marcos Bretas

7.1. Cá Estou Outra Vez Em Cena: Diálogos Políticos nas Scenas Comicas de Francisco Correa Vasques.

Prof^a. Dr^a. Silvia Cristina Martins de Souza

<smartins@uel.br>

Prof^a. Adjunta do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina - Paraná

O presente trabalho analisa as relações entre cultura e política a partir de uma leitura da série de folhetins intitulada Scenas Comicas, assinadas pelo ator e dramaturgo Francisco Correa Vasques e publicadas na **Gazeta da Tarde** entre 23 de outubro de 1883 e 17 de julho de 1884.

Pretende-se, com tal leitura, oferecer uma contribuição aos debates recentes sobre as relações entre Literatura e História, tomando como ponto de partida a noção de Literatura com comprometimento

com seu tempo e de História com comprometimento com a textualidade

7.2. O Teatro como leitura da cidade.

Prof. Dr. Marcos Bretas

<mlbretas@uol.com.br>

Prof. Adjunto do Departamento de História da UFRJ e pesquisador do CEO / PRONEX - CNPq - FAPERJ

Este trabalho se propõe a analisar como a linguagem teatral, a partir da segunda metade do século XIX, foi se consolidando como interprete da expansão urbana, criando um intenso diálogo com o crescente público da diversão coletiva. Estabelecendo um diálogo com a platéia diversificada, o teatro carioca - especialmente através da comédia - fundou as bases de uma visão sobre o funcionamento social, difundindo imagens poderosas da política, dos tipos urbanos, das relações de gênero e das inovações técnicas. Este processo terá seu período de maior importância entre os anos 1910 e 1920, quando a concorrência de outras formas de divertimento provoca o esvaziamento do teatro como grande lazer da população carioca

7.3. Pedro Nava (1903-1984) -Cronista de uma época : biografia, saúde e sociedade.

Prof^a. Ms. Vanda Arantes do Vale

<vandaval@acessa.com>

Prof^a. Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora

Este texto busca a apresentação da pesquisa em andamento Pedro -Nava (1903-1984)- cronista de uma época: biografia, saúde e sociedade. Apresenta aspectos gerais do objeto e das propostas da pesquisa.

Palavras-chave : Pedro Nava, biografia, saúde, sociedade

7.4. As Memórias mineralógicas produzidas pelo Intendente Geral das Minas e Metais do Reino, o naturalista José Bonifácio de Andrada e

Silva (1801 – 1819).

Prof. Ms. Alex Varela

alex@ige.unicamp.br

Doutorando em Geociências Aplicadas ao Ensino - DGAE - Instituto de Geociências da UNICAMP

José Bonifácio de Andrada e Silva tem sua presença marcada na historiografia, de forma quase que consensual, em torno de sua identificação como o “Patriarca da Independência”, o que corresponde ao primado concedido ao seu perfil de estadista e parlamentar. Contudo, ele notabilizou-se não apenas como homem público mas também como um estudioso e pesquisador do mundo natural. Participou de viagens científicas, foi sócio de inúmeras sociedades científicas européias, lecionou na Universidade de Coimbra, publicou diversas Memórias no âmbito da história natural e administrou espaços governamentais portugueses ligados diretamente à mineração e à agricultura. Um destes *loci* institucionais foi a Intendência Geral das Minas e Metais do Reino, órgão que formulou a política de exploração mineral em Portugal no início do século XIX e realizava pesquisas no campo da mineralogia. Fruto do seu trabalho neste espaço, foram algumas Memórias científicas produzidas no campo da mineralogia e apresentadas na Academia Real das Ciências de Lisboa. A Intendência constituiu-se num espaço de importante produção científica no campo da mineralogia, contribuindo para a difusão das modernas idéias científicas pela sociedade portuguesa e ratificando que a Academia de Ciências não era a única instituição produtora de ciência em Portugal.

Palavras-chave: História das ciências; história das geociências; história do Brasil; história das ciências naturais.

7.5. A Seca, a Moral e os Bons Costumes: cronistas e literatos em 1877.

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves

<fredneve@ufc.br>

Prof. Adjunto do Departamento de História da UFCE

Este artigo aborda dois romances escritos em meio à seca de 1877-1880, por Rodolpho Theophilo e José do Patrocínio, *A Fome* e *Os Retirantes*. Contrapondo a abordagem literária a fontes de natureza diversa, procura-se destacar o sentimento geral, entre os intelectuais do final do século XIX, de degradação moral a que os trabalhadores rurais estavam submetidos em face de um processo de crise econômica e social. Transparece, nestas fontes, a crise geral de valores que o Império brasileiro experimentava ao final da década de 1870.

Palavras-chave: Retirantes – seca – romances – paternalismo

DIA 08/05/2004 - 18 horas

MESA 8: Pensando as relações entre Brasil e Portugal.

Coordenadora: Profª. Drª. Lúcia Bastos Pereira das Neves

8.1. Portugalidade, imprensa e imigração na República Velha: a revista Lusitania e a colônia luso-carioca

Profª. Drª. Carla Mary S. Oliveira

<cms-oliveira@uol.com.br>

Doutora em Ciências Sociais pela UFPB

Este trabalho trata do universo dos periódicos editados, no formato jornal e revista, pelas colônias estrangeiras estabelecidas no Brasil a partir de fins do século XIX e durante a primeira metade do século XX, focando mais detidamente a revista **Lusitania**, publicada no Rio de Janeiro entre 1929 e 1934. É feito um histórico da imprensa imigrantista no Brasil de fins do Império até a Primeira República, demarcando similitudes e diferenças entre as publicações da colônia portuguesa e aquelas editadas por italianos, japoneses, alemães, árabes e sírio-libaneses no Brasil.

Palavras-chave: Imprensa Imigrantista; Século XIX; Século XX; Brasil; **Lusitania**

8.2. Restaurando um solar em ruínas: o Brasil no imaginário do Portugal oitocentista.

Prof. Dr. Paulo Motta Oliveira

<pmotta@usp.br>

Prof. Literatura Portuguesa da USP.

Vice-presidente da Associação Brasileira de Professores de Literatura Portuguesa.

Este ensaio analisa o impacto da independência do Brasil no imaginário português oitocentista e trabalha com algumas respostas para a trágica situação de uma metrópole sem colônias dadas pelos dois mais importantes romancistas portugueses do período: Camilo Castelo Branco e Eça de Queirós

Palavras-chave: Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, Portugal, Brasil, Romance português oitocentista

8.3. Definindo privilégios: a questão da propriedade literária nas relações entre Brasil e Portugal 1808-1889.

Profª. Drª. Lúcia Bastos P. Neves e Profª. Drª. Tânia Bessone

Lúcia <lb@uol.com.br> e Tânia <bessone@uol.com.br>

Profª. Titular e Profª. Adjunta do Departamento de História da UERJ / Pesquisadoras do CEO / PRONEX - CNPq - FAPERJ

O presente trabalho tem como objetivo analisar a questão da propriedade literária, como garantia para os escritores quanto à utilização de seus escritos, em decorrência, sobretudo, dos interesses das potências européias, principalmente de Portugal, cujos representantes protestavam contra o escandaloso roubo praticado em relação aos autores portugueses, através da publicação de edições no Brasil de suas obras sem o pagamento de direitos.

Apesar da Constituição de 1824 garanti-la como direito e do Código Criminal do Império definir como crime "imprimir, gravar, litografar ou introduzir quaisquer escritos ou estampas que tivessem sido feitos, compostos ou traduzidos por cidadãos brasileiros, enquanto estes viverem e dez anos depois de sua morte, se deixarem herdeiros", a lei não foi aplicada em virtude da indefinição da idéia de

propriedade literária. A questão dos direitos autorais, no entanto, permaneceu pendente, para recrudescer no final dos anos sessenta e início dos setenta, sendo somente, em 1889, assinado um acordo entre o Imperador do Brasil e o Rei de Portugal. A falta de uma política mais agressiva reflete ainda problemas de ordem interna, demonstrando o difícil caminho de estruturação de um campo intelectual autônomo, ao longo do oitocentos.

8.4. Circulação de livros e idéias em Portugal no contexto da criação da Real Biblioteca da Corte

Profª. Drª. Gizlene Neder

<gizlene@antares.com.br>

Profª. Adjunta do Departamento de História da UFF

Este trabalho aborda o processo de circulação de idéias e livros, na virada do século XVIII para o XIX. Enfocamos a relação do pensamento e da cultura jurídica no mundo luso-brasileiro face aos centros de produção de idéias europeus, levando em conta a existência de um vasto processo de circulação de idéias em fins do século XVIII, que acompanhou a circulação de pessoas, mercadorias e etc. Trabalhamos, combinadamente, a história das idéias e da cultura política (e jurídica), circunscrevendo nossa atenção no contexto histórico de criação da Real Biblioteca da Corte, em Lisboa, que será vista a partir dos catálogos elaborados pelo primeiro bibliotecário-mor, António Ribeiro dos Santos.

Palavras-chave: Idéias jurídicas – Iluminismo – circulação de idéias

8.5. "A historiografia do período regencial em construção: os Anais do Segundo Congresso de História Nacional (IHGB, 1931)".

Profª. Drª. Lúcia Maria Paschoal Guimarães

<luciamp@uol.com.br>

Profª. Titular do Departamento de História da UERJ / Pesquisadora do CEO / PRONEX- CNPq - FAPERJ

Nos estudos sobre a construção do Estado monárquico, o panfleto *Ação, reação e transação* constitui referência obrigatória.

Obra de inspiração pretensamente hegeliana, escrita para justificar a *política da conciliação* intentada pelo Marquês de Paraná, o opúsculo do jornalista Justiniano José da Rocha (1811-1862) serve de fio condutor para Joaquim Nabuco no livro *Um estadista do Império*. Do mesmo modo, Alfredo Valadão se utiliza das premissas ali defendidas para montar o conteúdo programático do Segundo Congresso de História Nacional, promovido pelo IHGB, em 1931. Contudo, nas suas atividades de publicista, Justiniano José da Rocha nunca escondeu que sua pena estava a serviço do Partido Conservador. Pretende-se demonstrar que a historiografia apropriou-se de um texto de circunstância, transformando-o no principal viés interpretativo da política imperial.

Palavras-chave: historiografia – política imperial – história e imprensa – Segundo Congresso de História Nacional

DIA 09/05/2004 - 08 horas

Investigando a História do Brasil: oficinas sobre ensino de história.

Profª. Drª. Keila Grinberg

DIA 09/05/2004 - 10 horas

MESA 9: Nação e identidades.

Coordenadora: Profª. Drª. Martha Abreu

9.1. "Por outras histórias de Pai João": conflitos raciais e irreverência escrava na poesia popular.

Profª. Drª. Martha Abreu

<marthabreu@nitnet.com.br>

Profª. Adjunta do Departamento de História da UFF e pesquisadora do CEO /PRONEX - CNPq - FAPERJ

A partir da imagem mais divulgada sobre “Pai João”, a personificação do escravo submisso e conformado, oposto à rebeldia indomável de “Zumbi”, pretendo discutir outras possibilidades e outras histórias deste famoso personagem na literatura oral e na música popular. As visões e versões sobre “Pai João”, presentes nas inúmeras letras de canções e poesias pesquisadas, desde o final do século XIX, não cabem nos estreitos limites da passividade, da antítese de “Zumbi”, ou mesmo da negociação. O “folclore do Pai João”, como definiu Artur Ramos, com suas ironias e sátiras sobre vários aspectos da vida é muitas vezes bastante desconcertante, podendo abrir caminho para uma nova reflexão em torno dos significados da música e da poesia para os escravos e seus descendentes.

Palavras chave: relações raciais, escravidão, literatura oral

9.2. Modernidade e Tradição no Modernismo Carioca (1900-1930). As “vozes da terra” e o “problema negro, que continua de pé.”

Carolina Viana

<carolina-vianna@predialnet.com.br>

Mestranda em História - UFF

O objetivo dessa comunicação é evidenciar a necessidade de se analisar mais atentamente os múltiplos trânsitos entre Tradição e Modernidade no âmbito da definição dos predicados culturais de uma identidade nacional brasileira por folcloristas e literatos a partir dos significados que conferiram a “música brasileira” e a “literatura brasileira” em direta aproximação com a cultura popular. Destacaremos o papel atribuído ao “negro” nessa construção (ou invenção) do “caráter nacional brasileiro” nas revistas culturais e literárias do período.

9.3. Intertextualidade nas concepções de indianismo e Nação no Brasil.

Prof. Ms. Alecsander Gebara

<alexgebara@bol.com.br>

Doutorando em História Social - USP.

Este texto procura analisar possíveis relações entre as representações do Brasil por parte de brasileiros e estrangeiros na segunda metade do século XIX, mais especialmente a questão do indianismo e sua penetração no discurso de um viajante inglês (Richard Burton) cujas representações das populações não européias afastava-se da idealização romântica do "selvagem a cerca de duas décadas

9.4. Os "tipos" do Brasil nas imagens impressas durante o século XIX.

Profª. Drª. Celeste Maria Baitelli Zenha Guimarães

<czenha@openlink.com.br>

Profª. Adjunta do Departamento de Historia da UFRJ e pesquisadora do CEO / PRONEX - CNPq - FAPERJ

Durante o século XIX prosperava, tanto no Brasil quanto na Europa, um ramo de negócios com significativa importância dedicado à comercialização de imagens valorizadas pela qualidade e autenticidade das informações visuais que eram capazes de transmitir. O desenho, a água-forte, a litografia e a fotopintura concorriam com os daguerreótipos, calótipos, ambrótipos, ferrótipos, etc. Esses diferentes processos técnicos estiveram associados tanto na produção quanto no consumo das imagens.

Vários foram os gêneros e temas abordados nessas imagens: retratos de pessoas ilustres, vistas de paisagens, panoramas de cidades, documentação de obras públicas e de eventos oficiais, registros científicos da flora e fauna nacionais, descrições dos costumes, dos tipos sociais, étnicos e raciais.

Dentre todos esses assuntos estes "tipos" - étnicos, raciais e sociais - foram ampla e diversificadamente construídos durante todo o século XIX, em diferentes formas estéticas e processos técnicos de reprodução de imagens.

A presente comunicação abordará a diversidade dos mencionados "tipos" étnicos, raciais e sociais referentes às populações indicadas como "do Brasil" e apresentados nas imagens impressas,

levando em consideração as diferenças estéticas e técnicas, bem como as concepções científicas e políticas que de alguma forma contribuíram na sua elaboração.

9.5. A construção simbólica da nação: relendo a história da missão artística francesa.

Profª. Drª. Valéria Alves Esteves Lima

<lima_vicentin@uol.com.br>

Profª. do Departamento de História da UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba

Este texto apresenta, de forma extremamente resumida, a questão da vinda para o Brasil de um grupo de artistas e mestres de ofício franceses, no ano de 1816, conhecido pela historiografia como "Missão Artística Francesa". A intenção é, todavia, mais do que trazer informações a respeito deste empreendimento, situá-lo no interior das discussões em torno da ideia de uma *identidade nacional*. Para tanto, o texto chama a atenção para a vertente simbólica desta problemática, dentro da qual as iniciativas artísticas e culturais do período – primeiras décadas do século XIX – se inserem e pretende evidenciar as implicações políticas, sociais e culturais de um fato prioritariamente artístico.

Palavras –chave: Missão Artística Francesa; Brasil Império; Nacionalismo

DIA 09/05/2004 - 14 horas

MESA 10: Cidades e poderes

Coordenador: Prof. Dr. Manoel Salgado Guimarães

10.1. Irmãs siamesas: civilização & barbárie no cotidiano urbano brasileiro.

Prof. Dr. José Evaldo de Mello Doin

<jedoin@netsite.com.br>

Prof. Livre Docente, Adjunto do Departamento de História da FHDSS/UNESP, Campus de Franca, SP

A sociedade de desiguais que aqui se erige, desde os tempos dos rústicos homens vicentinos, nunca primou pelos bons modos nos tratos cotidianos. Filho de normas de conduta, de policiamentos e da prática sistemática da adulação construída como tradição, o processo civilizatório mascara o real e serve-se da barbárie como instrumento de sua consolidação. É certo que a violência faz parte da história da modernidade urbana em todo o mundo e em toda a parte. Porém, no retrospecto nacional, desde a primeira sementeira lusitana do casario no entorno do largo da matriz, ainda usando materiais rústicos, como o pau-a-pique ou a taipa de pilão, que o cotidiano citadino brasílico é ferreteado pela brutalidade e a soberba do mais forte e do marginal. Desde o nascedouro da nação que o espírito de conquista, sem limites nem peias, está muito mais acentuado nesse rude personagem, o senhor de patrimônios, chefe incontestado da turba armada de mestiços livres e do destino dos infelizes, do que a habilidade nas transações, a alma contábil, a racionalidade na ação, a ascese monacal da parcimônia, o talento para o descortino das futuras tendências do mercado, a crença na ética do lucro.

Palavras-chave: civilização; barbárie; sociedade de desiguais; modernidade urbana; capitalismo bucaneiro.

10.2. Ribeirão Preto *civiliza-se!*: Joaquim Macedo Bittencourt e o processo de modernização urbana (1905-1920).

Prof. Ms. Rodrigo Ribeiro Paziani

<rpaziani@yahoo.com.br>

Doutorando - UNESP / Franca - Bolsista da FAPESP

Mostrar a modernização urbana e seus impasses em Ribeirão Preto na Primeira República, através dos discursos e ações do administrador Joaquim Macedo Bittencourt.

Palavras-chave: Biografia, modernização, Primeira República, Ribeirão Preto, café.

10.3. Novas instituições, velhos problemas e práticas: polícia, cadeia e

a organização do espaço público (Juiz de Fora, 1876 - 1922).

Jefferson de Almeida Pinto

<jeffal@ig.com.br>

Mestrando em História - UFF.

Na passagem do século XIX ao XX o Brasil busca consolidar a secularização da sociedade através da influência das idéias iluministas com vistas a formação do ideal de nação, mercado de trabalho e indivíduo, pensados como forma de garantir o progresso nacional. Estes ideais tornaram-se expressos na formação do espaço público das cidades brasileiras através de seu aprimoramento material e, com a preservação de uma sociabilidade que não condizia com o momento, tal como a mendicância e a vadiagem, principalmente com o acirramento da crise do escravismo na segunda metade do século XIX, torna-se fortalecida a necessidade de implementação de um acentuado controle sobre o adensamento da pobreza nas ruas. A presente comunicação busca observar como na passagem à modernidade o espaço público da cidade de Juiz de Fora foi organizado observando-se a ação das instituições periféricas de controle social de caráter moderno, onde a busca pela regulamentação dos sistemas de caridade, reclusão e punição ainda apresentavam-se confusos, revelando então, uma situação paradoxal: por um lado temos um ambiente urbano moderno e, por outro, atores sociais cuja organização social apresentava-se tradicional aliado a instituições de controle social sem diretrizes de ação consolidadas sobre esta população.

10. 4. Nas trilhas da Estrada Real: contexto das ações na Vila de São João del Rei em 1822.

Helvécio P. Nascimento

<helvetiusdagalia@uol.com.br>

Mestrando em História - UFMG

O presente artigo trata do contexto das ações das figuras políticas sãojoanenses, no ano de 1822, em especial nos referimos a abril deste ano, momento da passagem do Príncipe Regente nesta

Vila. Neste sentido, analiso a construção da adesão de São João del-Rei ao processo emancipacionista, como decorrência de um conjunto de ações inseridas em um processo de assimilação de valores liberais e a preocupação com a manutenção da deferência a nível local.
Palavras-chave: adesão, Vila de São João del-Rei, processo emancipacionista.

DIA 09/05/2004 - 16 horas
MESA 11: Política e Instituições
Coordenadora: Profª. Drª. Gladys Sabina Ribeiro

11.1. Seja ouvido o Conselho de Estado: A ação reguladora da elite imperial, 1842-1889

Profª. Ms. Fernanda Martins
<fernandavmartins@uol.com.br>
Doutoranda em História - UFRJ

Partindo do conjunto de atas das conferências do Conselho pleno, entre 1842 e 1889, o trabalho procura analisar as consultas submetidas e os pareceres emitidos por suas seções, considerados a partir de sua natureza e origem, com objetivo de demonstrar, através da ação cotidiana da instituição, o papel que desempenhou na estrutura política imperial e a extensão que alcançou o poder das elites nele representadas, atuando diretamente na consolidação da monarquia constitucional.

Palavras-chave: Conselho de Estado, Elites, Política Imperial

11.2. Sem espírito militar, nem qualidade técnica: a formação de oficiais na Real Academia Militar (1811-1822).

Profª. Ms. Adriana Barreto
<adriana_barreto@uol.com.br>
Doutoranda em História - UFRJ
Profª. Faculdades Integradas Bennett

O currículo da Real Academia Militar é apontado como exemplo das inovações de d. João VI no Rio de Janeiro. A reprodução desse currículo e a falta de pesquisas empíricas sobre seu cotidiano criaram uma memória da academia como centro de excelência, difundindo ainda uma visão equivocada da carreira militar. O objetivo desse artigo é destacar detalhes do estatuto da academia e analisar seu arquivo para mostrar o lugar secundário por ela ocupado na formação de oficiais. O curso era opcional, o estatuto desmilitarizado e o cotidiano marcado pela indisciplina. O resultado disso foi a criação de uma oficialidade muito distante do moderno padrão técnico-profissional de *ser militar*, que faz uma associação direta, e quase natural, entre a carreira e a incorporação de valores orientados por uma disciplina rigorosa.

Palavras-chave: academia militar, estatuto, cotidiano.

11. 3. Inquisição e Maçonaria no mundo luso-brasileiro (1790-1821)

Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata
<ambarata@terra.com.br>

Prof. Adjunto Departamento de História da UFJF / Pesquisador colaborador do CEO / PRONEX- CNPq - FAPERJ

A partir das trajetórias de vida de dois maçons naturais da América Portuguesa, Hipólito José da Costa e José Joaquim Vieira Couto, procura-se analisar as complexas relações entre a Maçonaria e a Inquisição no mundo luso-brasileiro na virada do século XVIII para o século XIX.

Palavras-chave: Maçonaria, Inquisição, Portugal, Brasil

11.4. Legalidade, legitimidade e soberania: 1825 - o Tratado de Paz e Amizade entre Brasil e Portugal.

Profª. Drª. Gladys Sabina Ribeiro
<gladysribeiro@uol.com.br>

Profª. Adjunta do Departamento de História da UFF / Pesquisadora do CEO / PRONEX - CNPq - FAPERJ

Dentro dos novos enfoques dos estudos sobre história política, nos últimos anos tenho dedicado-me a analisar o processo de

Independência do Brasil, levando em consideração a sua gestação, o seu reconhecimento e a formação de uma determinada visão de nacional e de nacionalidade com base na documentação relativa à Comissão Mista Brasil - Portugal, formada de acordo com o artigo 8º e que foi criada para examinar questões relativas aos artigos 6º e 7º do Tratado de Paz e Aliança de 29 de agosto de 1825. Mencionado por alguns historiadores, o Tratado e a Comissão não mereceram análises mais aprofundadas, seja porque as cláusulas do chamado reconhecimento sempre teriam levado consigo avaliações relativas a quem saiu perdendo ou lucrando com base em valores pagos - afetivos ou efetivos; seja porque alguns historiadores, incorporando discussão de época levada a cabo no Parlamento brasileiro, passaram a considerar que teria sido desnecessário fazer-se um tratado anos depois, quando a Independência já estaria consolidada. Desta forma, o reconhecimento teria sido um ato formal, destituído de qualquer relevo ou importância. Na presente comunicação abordaremos o estes aspectos partindo das noções de legalidade, legitimidade e soberania.

11.5. Centralização e controle: a lei da reforma de 1841 e as transformações da Justiça local.

Prof. Dr. Ivan Vellasco

<vellasco@mgconecta.com.br>

Prof. Adjunto do Departamento de História da UFSJ e pesquisador colaborador do CEO / PRONEX - CNPq - FAPERJ

O trabalho apresenta uma análise da evolução da justiça local que tenta relativizar algumas visões predominantes a respeito dos padrões operativos e da produção do sistema de justiça, utilizando dados quantitativos extraídos das fontes judiciais e cotejando-os com os relatórios provinciais e ministeriais. Pretende elucidar as mudanças e inflexões que essa estrutura sofreu a partir da implementação da Lei da reforma de 1841 e o modo como essas mudanças intervieram na ação e na produção judiciária.

Palavras-chave: justiça, centralização, controle

DIA 09/05/2004 - 18 horas

MESA 12: Política : práticas e pensamento

Coordenadora: Profª. Drª. Silvana Mota Barbosa

12.1. Modos de ser, modos de fazer: a correspondência do historiador Capistrano de Abreu (1853-1927)

Profª. Ms. Rebeca Gontijo Teixeira

<rebeca_gontijo@hotmail.com>

Doutoranda em História - UFF

Este artigo analisa a correspondência de Capistrano de Abreu (1853-1927), com o objetivo de compreender algumas das representações construídas por ele sobre si mesmo e sobre seus destinatários. Informando o objetivo existe a hipótese de que as representações elaboradas através da correspondência fundamentam a afirmação da identidade do missivista como um historiador.

Palavras-chave: correspondência, identidade do historiador, historiografia.

12.2. Instruções e Conselhos: A formação de D. Pedro II.

Profª. Drª. Silvana Mota Barbosa

<silmotabarbosa@uol.com.br>

Profª. Adjunta Departamento de História da UFJF e pesquisadora colaboradora do CEO / PRONEX- CNPq - FAPERJ

Esse artigo analisa dois documentos que tratam da formação de D. Pedro II. Tais documentos revelam a importância dada para as posturas e gestos do monarca, diretamente relacionadas à maneira como ele deveria lidar com a política. Através destes conselhos e instruções podemos compreender o perfil ideal para um jovem monarca do século XIX.

Palavras-chave: Monarquia Constitucional; Maioridade (1840); Posturas políticas.

12.3. Imagem e auto-imagem da Monarquia entre a gente comum da corte (1870 e 1889).

Prof. Dr. Ronaldo P. de Jesus

<ropj2@yahoo.com.br>

Prof. Adjunto da Universidade Federal de Ouro Preto

Este trabalho analisa as atitudes, estratégias e expectativas da maioria dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro diante da Monarquia, através da observação das concepções acerca do regime imperial, da imagem do monarca D. Pedro II, da família real e da coroa mais difundidas entre as pessoas comuns da corte, especialmente, no período final do segundo reinado, entre 1870 e 1889. Tem como objeto as representações utilizadas pela maioria dos habitantes da capital do império brasileiro nos processos sociais, culturais e mentais em que procuravam compreender o funcionamento da sociedade monárquica escravista e do Estado imperial, apreendidas em conjunto ou considerando variações relativas a grupos sociais específicos entre a gente comum. Procura estender para o final do segundo reinado algumas das principais questões levantadas por historiadores que tratam do comportamento e das concepções acerca do Estado inerentes à população carioca no período de transição para a ordem republicana

Palavras-chave: Brasil Império, classes populares, Monarquia

12.4. Esmagando A Hydra da discórdia: o enquadramento do pensamento exaltado pela moderação mineira.

Prof. Dr. Wlamir Silva

<wmsilva@mgconecta.com.br>

Prof. Adjunto do Departamento de História da UFSJ

Este trabalho trata do enquadramento do liberalismo exaltado pelo liberalismo moderado na Província de Minas Gerais do período regencial. Construindo a identidade dos exaltados como violentos e irracionais, apaixonados, vingativos e ambiciosos, em oposição à razão moderada, partidários de uma revolução sangrenta, sublevando gente de cor e incautos e ignorantes.

Palavras-chave: Exaltados – moderados – Brasil Império – regência

12.5. Testar para “bem morrer”: uma arte em transformação. A transformação do significado da prática testamentária no Rio de Janeiro Oitocentista.

Profª. Drª. Cláudia Rodrigues

<anderclau@alternex.com.br>

Através de um estudo sobre a religiosidade católica no Rio de Janeiro, no século XIX, proponho uma reflexão sobre as ambivalências da sociedade imperial, no contexto de afirmação de um discurso de modernização e a persistência de uma visão tradicional do mundo referendada pela religião.

Palavras-chave: religiosidade - sociedade imperial - Igreja Católica

A obra

**Programação do 2º Seminário Regional do
Centro de Estudos do Oitocentos – CEO**

publicada pela

CLIOEDEL - Clio Edições Eletrônicas -

foi editada e formatada com a seguinte configuração de página:

tamanho do papel: A4,

orientação: paisagem,

margens superior e inferior: 1,5 cm

margens esquerda e direita: 1,5cm

medianiz: 0 cm,

distancias do cabeçalho

e rodapé em relação à

borda do papel: 1,25 cm.

O texto foi digitado em

Word para Windows, versão RTF

com fonte Times New Roman 12,

espaço 1 e recuo de parágrafo de 1,25 cm.

As notas de roda-pé, com mesma fonte, mas tamanho 10.

E as transcrições de mais de 3 linhas

em itálico e com recuo de 2 cm à

esquerda e 0,5 cm à direita.

Os direitos desta edição são propriedade do autor. Esta obra pode ser obtida gratuitamente através da **Clio Edições Eletrônicas** <<http://www.clionet.ufjf.br/clioedel>> e reproduzida eletronicamente ou impressa desde que para uso pessoal e sem finalidades comerciais e não sofra alterações em seu conteúdo e em sua estrutura eletrônica.